

Direito Constitucional + Direitos Humanos

GRUPO I | Questões utilizadas na Prova Oral

21 de setembro de 2026

Manhã | Ponto 6 | Questão 06

Duas pessoas do mesmo sexo convivem pública, contínua e duradouramente, com o objetivo de constituir família. Após o falecimento de uma delas, familiares do falecido sustentam que a relação não poderia produzir os efeitos jurídicos próprios da união estável, sob o argumento de que o art. 1.723 do Código Civil se refere à união entre “homem e mulher”. Considerando a Constituição Federal e a jurisprudência do STF, responda:

- a) O reconhecimento jurídico da união homoafetiva decorreu da alteração formal do ordenamento jurídico positivado ou do advento de interpretação constitucionalmente adequada das normas já existentes?
- b) Quais princípios e direitos fundamentais justificam a impossibilidade de tratamento jurídico discriminatório entre uniões heteroafetivas e homoafetivas?
- c) A decisão do STF na ADPF 132 e na ADI 4.277 permite reconhecer efeitos jurídicos distintos para uniões homoafetivas e heteroafetivas sob o fundamento de que a Constituição utilizou a expressão “homem e mulher”?

Tarde | Ponto 7 | Questão 07

Um Estado da Federação cria, por lei, um cadastro público contendo informações individualizadas sobre pessoas que utilizam determinados serviços públicos de saúde. O cadastro, acessível a diversos órgãos da Administração, contém dados pessoais sensíveis e pode ser utilizado para a formulação de políticas públicas, fiscalização e elaboração de estatísticas. Uma entidade de defesa dos direitos fundamentais sustenta que a utilização indiscriminada dessas informações viola a privacidade e a proteção de dados pessoais.

- a) A proteção de dados pessoais constitui mero desdobramento do direito à intimidade e à vida privada ou configura direito fundamental autônomo?
- b) A existência de interesse público na utilização dos dados autoriza, por si só, seu compartilhamento irrestrito entre órgãos públicos?
- c) Explique a relação entre autodeterminação informativa, dignidade da pessoa humana, proporcionalidade e proteção de dados sensíveis.

22 de setembro de 2026

Manhã | Ponto 4 | Questão 04

Durante uma apresentação humorística, um comediante faz reiteradas piadas utilizando estereótipos raciais para ridicularizar pessoas negras. Após a apresentação, uma das pessoas atingidas apresenta notícia-crime, sustentando que as manifestações ultrapassaram os limites da liberdade de expressão e configuram injúria racial. A defesa argumenta que se tratava apenas de humor, sem intenção de ofender, invocando o chamado "animus jocandi".

Considerando a Constituição Federal, a legislação penal e a jurisprudência contemporânea do STF, responda:

- a) A alegação de que determinada manifestação foi feita “em tom de brincadeira” é suficiente para afastar a configuração da injúria racial?
- b) Como deve ser compreendida a relação entre liberdade de expressão e racismo recreativo?
- c) Qual a relevância, para a caracterização da conduta, da distinção entre uma manifestação meramente ofensiva e uma manifestação que utiliza elemento racial para inferiorizar a vítima ou reproduzir estereótipos discriminatórios?

Tarde | Ponto 2 | Questão 02

O Congresso Nacional permaneceu inerte diante da ausência de legislação específica destinada a criminalizar condutas discriminatórias praticadas em razão da orientação sexual ou da identidade de gênero. Em determinado caso, o Ministério Público ofereceu denúncia contra agente que praticou grave ato de discriminação contra pessoa homossexual, invocando a Lei nº 7.716/1989. A defesa sustentou violação ao princípio constitucional da legalidade penal e à separação de Poderes.

- a) Como o STF fundamentou constitucionalmente sua atuação na ADO 26 diante da omissão legislativa?
- b) A decisão implicou criação judicial de um novo tipo penal? Explique à luz da "ratio decidendi" do julgamento.
- c) Como compatibilizar a proteção penal contra a homotransfobia com a liberdade religiosa e a liberdade de expressão?